

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE ARAÇATUBA – SP – CMPCA - BIÊNIO 2025/2027

Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Museu Ferroviário Moisés Joaquim Rodrigues, situado na Rua Joaquim Nabuco, cento e vinte e cinco, centro, reuniram-se os conselheiros Vanessa Cristina Manarelli de Barros Rocha, Manuella Boreggio Costa dos Santos, Otávio Santos de Almeida, Elizabeth Rossi de Grande, Cláudia Gomes de Oliveira, Patrícia de Oliveira Souza, Edson José da Rocha, Pedro Henrique Ribeiro Borges, Davi Felipe Martins Silva, Maria de Fátima Florentino, Hélio Consolaro, Caique Teruel de Paula, Eliandra Regina Soleira Barreto, Daniel Wanderley. Os conselheiros Vanessa Dossi Canata, Alex de Paula Castilho e Felipe Arcazas da Silva justificaram sua ausência. Estiveram também presentes na reunião Antonielli Lorenço, Ana Laura M. Santos, Lucas Paulino, Rafaela Cândido, Bárbara Domingues e Denise Figueira Vaz. A reunião teve início pelo presidente Pedro alterando a ordem da pauta e convidando a escritora Cíntia Brasileiro para apresentar seu projeto Narrativas que foi financiado pela Política Nacional Aldir Blanc, por meio do edital dez e dois mil e vinte e quatro, com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura Municipal, Senac Araçatuba, Unioleado Wyden, com realização da proponente, Ministério da Cultura e Governo Federal. O projeto conta com mais de setenta atividades, valorizando artistas locais e nacionais com uma programação diversificada: palestras, mesas literárias, performances, contação de histórias. Todas as atividades são gratuitas e abertas ao público, com classificação indicativa disponível no site. Após a apresentação do projeto, o presidente Pedro segue para a segunda pauta, que são as atividades realizadas pelo Departamento de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, e convidando a Diretora do Patrimônio, Manuela Boreggio para apresentar aos conselheiros as atividades desenvolvidas pelo setor do começo do ano até agora. A Diretora apresentou as ações do Departamento, incluindo obras de restauração em imóveis históricos, como a Casa do Engenheiro-chefe, projeto de tombamento do complexo ferroviário como conjunto urbano, elaboração de manual de preservação para orientar ocupantes de imóveis históricos, projetos de requalificação e manutenção de espaços culturais e museus, registro da história oral por meio do projeto “Café com História”, valorizando memórias de ferroviários e outros grupos. Seguindo para próxima pauta, que é sobre dois projetos de lei que estão em andamento na Câmara Municipal de Araçatuba, sobre censura prévia de contratações artísticas da Prefeitura. O primeiro projeto é de autoria da vereadora Sol do autismo, com participação do Fernando Fabres (projeto número cento e vinte e um de dois mil e vinte e cinco), e o outro é de autoria do vereador Batata (projeto cento e quarenta e sete de dois mil e vinte e cinco). O presidente lê alguns trechos dos projetos e propõe uma reflexão aos conselheiros e artistas presentes na reunião. Como pontos principais cita a preocupação com termos vagos como “dignidade humana” e o risco de censura artística, e o impacto dessas leis na cultura local, especialmente para artistas periféricos e grupos minorizados. A conselheira Eliandra coloca que a Câmara Municipal não tem o direito de dizer o que é arte e o que não é, e se pergunta quem será o fiscal disso, caso as leis sejam aprovadas. O presidente Pedro coloca que esses projetos de lei são criados para criminalizar as manifestações artísticas que ocorrem nas periferias e são inconstitucionais. Para a Secretária de Cultura Vanessa Manarelli o projeto de lei é muito abrangente e não dá um direcionamento, fala-se de “vestimenta adequada”, então a dúvida que se coloca é, se é uma questão de vestimenta ou de linguagem. A Secretária afirma que ninguém quer expor as crianças, e a Secretaria de Cultura trabalha seus eventos com as classificações indicativas recomendadas. A Secretária de Cultura sugere que quando essas leis chegarem na Comissão de Cultura da Câmara, que se faça uma articulação com os vereadores para entender quais os objetivos reais dessas leis. O presidente Pedro passa a palavra a Bárbara Domingues que coloca a pergunta “o que é eixo moral, e o que é eixo ético?”. Para ela, os termos dentro dos projetos estão muito abrangentes, e coloca que há muito tempo o

setor cultural luta pelos temas de diversidade e inclusão, identidade de gênero, e que é um risco muito grande de retrocesso para a pasta da Cultura. Para o presidente Pedro o projeto de Lei do vereador Batata é o mais preocupante por ser mais detalhado, e nele cita que a fiscalização poderá ser realizada por cidadãos por meio de denúncia, pelo Conselho Tutelar, pela Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Câmara Municipal, então no fim, tudo se volta aos poderes da Câmara. A conselheira Eliandra cita o caso de um vereador que foi até uma escola, numa atividade de setembro amarelo, e coloca como absurdo o fato de se responsabilizar uma criança que sofre de depressão ou ansiedade, à falta de uma religião. A conselheira Fátima pontua que é preciso fazer algo, uma mobilização dos artistas locais para discutir e se posicionar contra os referidos projetos de lei. A Secretária de Cultura Vanessa Manarelli dá a sugestão de haver um diálogo com as comissões dentro da Câmara Municipal, pontuando a preocupação do setor cultural com possibilidade de cercear a produção cultural do município. É dada uma sugestão por Lucas, que é da cultura urbana, para que ocorra uma mobilização nas periferias, pois muitos artistas não tem o conhecimento dessas propostas de leis. A Secretária de Cultura Vanessa Manarelli afirma que essas leis impactam negativamente o desenvolvimento cultural da cidade. O presidente Pedro afirma achar importante a sugestão da Secretária de Cultura, porém, acredita que mais ações podem ser realizadas, já que os artistas são a minoria, e pede que todos fiquem mais atentos aos acontecimentos da Câmara Municipal. O conselheiro Edson pontua que existe um trabalho de educação sexual continuada nas escolas da rede municipal, há dois anos, através de uma apresentação teatral chamada “O segredo de Léo”, e faz um questionamento, como que essas leis vão dizer o que a prefeitura pode contratar, se por exemplo, o Conselho Municipal da Criança e Adolescente é deliberativo, e utiliza recursos do fundo para a contratação, então não faz sentido uma lei tirar a autonomia de um órgão. O conselheiro Hélio Consolaro acredita que os artistas devem se articular de uma maneira cautelosa nesse primeiro momento. A conselheira Eliandra pontua que dentro das escolas deve-se respeitar todas as tradições e religiões. O presidente Pedro propõe que se faça uma mobilização com os artistas, e coloca que a cena cultural vem se profissionalizando no decorrer dos últimos anos, com muito mais proponentes de projetos, e que se hoje tem-se editais do fundo municipal com atualizações de suas leis, é devido ao trabalho do Conselho de Cultura. Para concluir a reunião, o presidente Pedro marca uma assembleia com os artistas na próxima terça-feira, dia vinte e um de outubro, às vinte horas, na Associata. Por fim, o presidente abre para os comunicados e informações gerais de eventos que serão realizados. Nada mais havendo a tratar declarou encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos. Eu, Renata Ribeiro de Lima, lavrei a presente ata, que por estar em conformidade com o tratado, segue assinada pela presidência.



Pedro Henrique Ribeiro Borges
Presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Araçatuba